

SUMÁRIO

EDITORIAL	2
DOSSIÊ TEMÁTICO	
Gestão Novos Tempos: O amadurecimento teórico e político no debate da ética e da fiscalização profissional nos anos 90 MARLISE VINAGRE	4
O enfrentamento de uma conjuntura adversa à construção de uma sociedade livre e justa VALDETE BARROS	10
Brasil Mostra a Tua Cara: dez anos depois ELAINE BEHRING	16
Trabalho, Direitos e Democracia – A Gente Faz um País. A conjuntura nacional e internacional do período LÉA BRAGA	22
Os intensos anos de Atitude Crítica para Avançar na Luta IVANETE BOSCHETTI	28
CFESS em Tempo de Luta e Resistência SÂMIA RAMOS	34
DESAFIOS DAS ENTIDADES	
Movimento estudantil de Serviço Social: desafios e perspectivas ENESSO	40
ABEPSS Gestão 2011-2012: Reafirmar conquistas e permanecer na luta ABEPSS	44
EM DISCUSSÃO	
Desafios contemporâneos do Serviço Social e do Conjunto CFESS-CRESS SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS	48
A Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS: avanços e particularidades ANA CRISTINA ABREU	56
CULTURA	
"Enquanto os homens exercem seus poderes e poderes": 50 anos de cultura de resistência ANDRÉA LIMA	64
AGENDA/LIVROS	
Agenda de eventos e sugestões de livros	72



A gestão *Tempo de Luta e Resistência* (2011-2014) tem o prazer de apresentar o número 13 da **Revista Inscrita**, que para nós é bastante especial, por comemorar os 50 anos de existência do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), entidade tão relevante para a organização política das/os assistentes sociais brasileiras/os e para a defesa da direção hegemônica do projeto ético-político profissional.

Esta edição especial traz duas novidades: o projeto gráfico, que foi cuidadosamente reformulado para dar destaque ao conteúdo comemorativo da *Inscrita*; e a marca CFESS 50 anos, um registro visual deste momento tão importante para o serviço social brasileiro.

Estas intervenções gráficas estão intrinsecamente sintonizadas ao que a **Inscrita 13** se propõe: resgatar a memória, registrar as conquistas e analisar os desafios dos 50 anos do CFESS. A seção *Dossiê Temático* reúne relatos de ex-presidentes do CFESS de 1990 até a conjuntura atual. Escolhemos este marco, de 1990 para cá, por ter sido o período em se que aprovou o Código de Ética e a Lei de Regulamentação atuais. Enviamos convites às ex-presidentes do Conselho Federal de todas as gestões desse período, incluindo a atual, e agora publicamos todos os textos que nos foram entregues; entretanto, nem todas as gestões foram contempladas.

Em *Desafio das Entidades*, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) cumpriram a tarefa de falar da relação dessas entidades com o CFESS nos últimos 50 anos. A análise dos desafios contemporâneos do Conjunto CFESS-CRESS estão na seção *Em Discussão*, nos textos das assistentes sociais Silvana Mara e Ana Cristina Abreu.

Na seção *Cultura*, a poeta e assistente social Andréa Lima nos conduz a uma ritmada e prazerosa trajetória de (re) descobrimento de cinco décadas de cultura de resistência no Brasil e no mundo.

E ao final desta edição, você encontra também sugestões de livros e a agenda política do Conjunto CFESS-CRESS para 2013.

A trajetória histórica do CFESS está relacionada ao processo de regulamentação da profissão no Brasil. O serviço social foi uma das primeiras profissões, na área social, a adquirir um estatuto de atividade profissional, tendo sido originalmente instituído pela Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957. Posteriormente à regulamentação da profissão foi criado o então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), em 1962, que tinha uma lógica burocratizante, baseada em uma concepção de fiscalização policiaresca e punitiva.

No final da década de 1970, a profissão, sintonizada com as mobilizações da classe trabalhadora, vivencia um período de profundas redefinições, consolidando o processo de renovação profissional. Este processo repercute, também, na instância dos conselhos, que passam a questionar e redefinir sua atuação.

A esfera dos Conselhos era caracterizada, até então, por um perfil conservador, corporativo e burocrático, tendo como princípio uma concepção de fiscalização pautada pela dimensão meramente punitiva. Esses Conselhos passaram a abrigar profissionais oriundos do movimento sindical, o que contribuiu

para redefinir significativamente suas diretrizes, na perspectiva da democratização das suas relações internas e de sua articulação com as outras entidades nacionais da categoria profissional, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). A conjuntura da sociedade brasileira, que vivenciava um processo de redemocratização política, com a reabertura de diversos espaços organizativos da classe trabalhadora, bem como a renovação profissional pela qual passava o serviço social brasileiro, foram determinações decisivas para implicar tal mudança na esfera dos nossos Conselhos.

A década de 1980 constitui um marco na redefinição e estruturação das atividades de fiscalização profissional. Nessa época, foram criadas as comissões de fiscalização, ocasionando a abertura de canais de comunicação com as bases. Outro fato marcante foi a realização das primeiras eleições, livres e diretas, com voto não obrigatório, para o Conselho Federal, em 1987, o que representava a consolidação do processo de democratização da entidade. Vale ressaltar, ainda, um marco histórico desse período: a aprovação do Código de Ética de 1986, o qual explicitou um projeto profissional vinculado às lutas da classe trabalhadora.

Em relação à fiscalização, atividade precípua do CFESS, é somente a partir da segunda metade da década de 1980 que sua concepção é redimensionada.

A gestão do CFESS 1987-1990 formou a Comissão Nacional de Fiscalização. A partir de então, todos os Conselhos Regionais assumiram a tarefa de fiscalização e foram realizados diversos Encontros Regionais e Nacionais sobre essa temática. Um marco neste processo foi a discussão e aprovação da Política Nacional de Fiscalização (PNF), que redefine a concepção de fiscalização, que, por sua vez, passa a ter uma vinculação

intrínseca com a capacitação, na direção da defesa dos princípios ético-políticos.

A concepção de fiscalização, defendida e implementada pelo Conjunto CFESS-CRESS, privilegia a dimensão educativa, visando sobretudo à defesa da profissão, incluindo aí a população usuária dos serviços profissionais. Tal concepção rompe com a perspectiva corporativista, comumente presente em diversas categorias profissionais, de defender os/as profissionais e não a profissão e seus princípios ético-políticos de compromisso com a democratização das instituições e de qualidade no atendimento ao/à usuário/a.

As propostas e ações do Conjunto CFESS-CRESS estão em sintonia com as metamorfoses políticas e profissionais, implementadas coletivamente nos anos 1980 e aprofundadas na década de 1990, com a explicitação dos princípios fundamentais que norteiam o projeto ético-político da profissão presentes no atual Código de Ética, aprovado em 1993. Este novo perfil da entidade é traduzido, dentre outros aspectos, pela modificação, em 1993, do nome das entidades de CFAS-CRAS para CFESS-CRESS, a partir da nova Lei de Regulamentação da Profissão.

Este pequeno resgate histórico é apenas uma amostra do que a Inscrita 13 se propõe. É com muita alegria que comemoramos cinco décadas de existência deste patrimônio político do serviço social brasileiro, que é o CFESS, e prosseguimos reafirmando a direção emancipatória da sua ação política, na busca de contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada. Sigamos na luta e resistência nos próximos 50 anos, pois sabemos, como diz o poeta, que “se muito vale o já feito, mais vale o que será”...

Boa leitura!

Conselho Federal de Serviço Social
Gestão *Tempo de Luta e Resistência*
(2011-2014)